



**Márcia Villas Bôas dos Santos**

**Adolescentes em Conflito com a Lei que Cumprem  
Medidas Sócio-Educativas de Semiliberdade: Limites e  
Possibilidades**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Maria Ferrão Candau

Rio de Janeiro  
Julho de 2008



Márcia Villas Bôas dos Santos

**Adolescentes em Conflito com a Lei que Cumprem  
Medidas Sócio-Educativas de Semiliberdade: Limites e  
Possibilidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>ª</sup>. Vera Maria Ferrão Candau**  
Orientadora  
Departamento de Educação - PUC-Rio

**Prof. Luiz Cavalieri Bazílio**  
Departamento de Educação - UERJ

**Prof.<sup>a</sup> Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho**  
Departamento de Educação - PUC-Rio

**Prof. PAULO FERNANDO CARNEIRO DE ANDRADE**  
Coordenador Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2008

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Márcia Villas Bôas dos Santos**

Graduou-se em Educação Física pela Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ em 1987. Pós-graduou-se em Dificuldades de Aprendizagem pela Faculdade de Educação da UERJ, em 1999. Desenvolveu sua pesquisa na área da educação para jovens em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas no DEGASE. É professora da Rede Municipal de Ensino da cidade do Rio de Janeiro e atua como diretora-adjunta na Escola Municipal 08.33.015 Aracy Muniz Freire.

#### Ficha Catalográfica

Santos, Márcia Villas Bôas dos

Adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas de semiliberdade : limites e possibilidades / Márcia Villas Bôas dos Santos ; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – 2008.

131 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Adolescentes infratores. 3. Medidas sócio-educativas. 4. Estatuto da criança e do adolescente. 5. Doutrina de proteção integral. I. Candau, Vera Maria Ferrão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Este trabalho é dedicado aos meus filhos Daniel, Bernardo e René, aos meus sobrinhos Renan, Mariana, Nina, Diogo, Daniela e, ao pequeno João Felipe, que nasceu renovando o milagre da vida e nos confirmando a esperança de dias melhores. Que vocês, representando todas as crianças e jovens do nosso país, possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

## Agradecimentos

A Deus, por tudo que tem me dado.

À minha mãe, que perdeu a memória, mas que tem conservado o afeto por todos nós. A você, minha mãe e amiga, que sempre abdicou de seus sonhos e desejos em nosso favor.

Ao meu pai, por sua determinação e persistência, por suas experiências profissionais e pessoais a nós transmitidas, que nunca se curvou diante dos obstáculos que se apresentaram a sua frente, acreditando na possibilidade de superação, fazendo dos mesmos o ponto de apoio para sua alavanca.

Ao Robson, companheiro de todos os momentos, pelas reflexões valiosas.

Às minhas irmãs Ângela, Ana Rosa, Mônica e Andréa, pelo exemplo que representaram para mim.

À minha mãe do coração Irene, por toda sua dedicação.

À D.Lúcia , à Maria José e à doce Monique Málla pela contribuição inestimável.

À Prof. Vera M<sup>a</sup> Ferrão Candau, por suas orientações, por seu pragmatismo e por suas palavras de ânimo. Sem o seu apoio, não seria possível a conclusão desta pesquisa.

À prof. Rosália Duarte, por todo o seu empenho.

Aos professores da Pós-Graduação da PUC-Rio, em especial, à Alicia Bonamino, Leandro Konder, Menga Lüdke e Sonia Kramer.

Às amigas Maria de Fátima Lima e Fátima Estanislau Affonso, pelo apoio incondicional que me deram nesta jornada.

À Márcia Possati, Márcia Torres, Rita de Cássia, Beatriz Proença, Lucide Teotônio, Lilian Cruz, M<sup>a</sup> Elisabeth, Nilza Moura, ao Rogério e a todos os amigos da Escola Municipal Aracy Muniz Freire, pelo incentivo e pela convivência diária que me levam a acreditar que outro mundo é possível.

E, finalmente, a todos os profissionais do DEGASE, especialmente do CRIAM-Bangu, da Vara da Infância e da Juventude, da Defensoria Pública, do Ministério Público e aos Conselheiros Tutelares que dispensaram parte do seu tempo para que fosse possível a realização deste trabalho.

## RESUMO

Santos, Márcia Villas Bôas dos; Candau, Vera M<sup>a</sup> Ferrão. **Adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas de semiliberdade: limites e possibilidades.** Rio de Janeiro, 2008. 131p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como os diferentes agentes envolvidos nos processos de implementação de medidas sócio-educativas de semiliberdade pelos adolescentes em conflito com a lei, na cidade do Rio de Janeiro, se situam em relação à importância dessas medidas, suas possibilidades e limites. Para tanto, lançamos mão do material empírico coletado em pesquisa de campo, através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com profissionais da Vara da Infância e da Juventude, do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, do DEGASE (Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas) e do Conselho Tutelar. Além das entrevistas, foram também coletados dados estatísticos da Vara da Infância e da Juventude e dados relativos aos adolescentes que cumprem medida de semiliberdade numa das unidades do DEGASE destinadas a este fim-, um CRIAM (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor). Os resultados da pesquisa apontam que os adolescentes que cumprem medidas de semiliberdade pelo envolvimento na prática de atos infracionais vêm de um quadro de grave exclusão social e que há uma ausência de políticas públicas destinadas à juventude, especialmente, àqueles que estão em conflito com a lei, jovens invisíveis para a sociedade, que ganham visibilidade a partir da prática do ato infracional. Alguns entrevistados consideram a importância da construção de uma rede efetiva de proteção à criança, ao adolescente e à família como um fator imprescindível para se enfrentar a problemática dos adolescentes em conflito com a lei na nossa sociedade.

### Palavras-chave

Adolescente infrator, medidas sócio-educativas, Estatuto da Criança e do Adolescente, Doutrina de Proteção Integral.

## ABSTRACT

Santos, Márcia Villas Bôas dos; Candau, Vera M<sup>a</sup> Ferrão. **Adolescents in conflict with law fulfill social-educative measures of semi-liberty: limits and possibilities.** Rio de Janeiro, 2008. 131p. MSc. Dissertation – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to analyze different agents involved in implementation processes of social-educational measures of semi-liberty for adolescents with law conflicts in the city of Rio de Janeiro, acting in relation to the importance of those measures, its limits and possibilities. In such a way we let beside the empirical material collected in the fieldwork, realizing semi-structured interviews with professionals from the Child and Youth Court of the Justice Court of Rio de Janeiro State, of DEGASE (General Department of Social-Educational Actions) and Tutorial Board. Beyond the interviews, statistical dados were collected from the Child and Youth Court and relative dados about adolescents who fulfill measures of semi-liberty in one of the DEGASE units destined to this purpose – a CRIAM (Center of Integrated Resources for Minor Assistance). The research results point out that adolescents who fulfill measures of semi-liberty, because of involvement in the practice of first criminal offenses, come from a background of serious social exclusion and show the absence of public politics destined to the youth, specially for those who are in conflict with the law, young people invisible for society, who earn visibility committing first criminal offenses. Some interviewees consider the importance of construction of an effective network for protection of the children, the adolescents and families as an indispensable factor to face the problematic of adolescents with law conflicts in our society.

## Keywords

Adolescent offender, social-educational measures, Child and Adolescent Statute, Doctrine of Integral Protection.



# SUMÁRIO

<b>1 - O Objeto de Estudo</b>	<b>13</b>
1.1 - O objeto de estudo	13
1.2 - Questões da pesquisa e objetivos	15
1.3 - Estratégia metodológica	17
<b>2- Infância , Adolescência e Políticas Públicas</b>	<b>21</b>
2.1 - Histórico das políticas públicas para adolescentes infratores no Brasil	21
2.2 - A “velha” infância	31
2.3 - A adolescência: uma aproximação	34
2.4 - O protagonismo às avessas: a juventude e o ato infracional	38
<b>3- Atos Infracionais e Trajetórias Institucionais</b>	<b>43</b>
3.1 - O ato infracional e as medidas sócio-educativas, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente	43
3.2 - Os jovens infratores, segundo os atores sociais entrevistados	54
3.3 - Os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes	58
3.4 - O caminho percorrido pelo adolescente em conflito com a lei e as instituições que o assistem	62
3.5 - A atuação do Conselho Tutelar	74

<b>4- O DEGASE, a semiliberdade e a ressocialização</b>	<b>79</b>
<b>4.1 - O DEGASE e os CRIAMs (Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor)</b>	<b>79</b>
<b>4.2 - A experiência do CRIAM- Bangu</b>	<b>85</b>
<b>4.3 - Limites e possibilidades na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei</b>	<b>100</b>
<b>4.4 - A avaliação do ECA, segundo a ótica dos atores sociais entrevistados</b>	<b>112</b>
<b>5- A título de conclusão</b>	<b>120</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>125</b>
<b>Anexo 1</b>	<b>130</b>
<b>Anexo 2</b>	<b>131</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**AIAI – Ato de Investigação por Ato Infracional**

**CAI – Centro de Atendimento Integral**

**CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**CRE – Coordenadoria Regional de Educação**

**CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor**

**CTDQ – Centro de Tratamento de Dependência Química**

**CTR – Centro de Triagem e Recepção**

**DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas**

**ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**

**EJLA – Escola João Luiz Alves**

**ESD – Educandário Santos Dumont**

**ESE – Educandário Santo Expedito**

**FAI – Folha de Atos Infracionais**

**FCBIA – Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência**

**FICAI – Ficha de Informação de Criança e Adolescente Infrequente**

**FUNABEM – Fundação Nacional de Bem Estar do Menor**

**IPS – Instituto Padre Severino**

**LA – Liberdade Assistida**

**MP – Ministério Público**

**ONG – Organização Não Governamental**

**PI – Plantão Interinstitucional**

**SAM – Serviço de Atendimento ao Menor**

**SIAD – Sistema de Identificação de Adolescentes**

**SIMEPASE – Serviço de Integração Multidisciplinar e Encaminhamento à Profissionalização e Apoio Sócio-Educativo**

**TJ – Tribunal de Justiça**

**VIJ – Vara da Infância e da Juventude**

*“Penso que não corremos o risco de chegar à barbárie porque há muito vivemos na barbárie. E devemos educar contra ela. Educar contra a barbárie significa recuperar a história e as histórias guardadas e esquecidas, estabelecendo uma outra relação com a tradição; significa colocar o presente numa situação crítica e compreender que o passado não precisaria ter sido o que foi, o presente pode ser diferente do que é e, portanto, é preciso mudar o futuro.” Kramer,2005*